

AS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA NAS QUESTÕES DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MEDIO (ENEM - 2016)

Marcos Cesar Alves da Mota¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Dr. Guilherme Paiva de Carvalho Martins²

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

RESUMO: O presente texto analisa como o ensino de História africana está sendo abordado nas questões da prova do novo ENEM, localizadas na área de ciências humanas e suas tecnologias. Para realizar a investigação, utilizamos como recorte um dos objetos de conhecimento associados: diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade, que contém os eixos de orientação para a História africana, sendo eles as matrizes de referência que compõem as ciências humanas e suas tecnologias. Objetivamos ampliar a discussão sobre como as questões problematizam, debatem e valorizam os diversos aspectos da inter-relação Brasil/África em cumprimento com a Lei 10.639/2003. Dentre os autores pesquisados, temos Castro (2005), Torres (2007), Schwarcz (1993), KI-zerbo (2010), Almeida (2010), Bittencourt (2009), entre outros. Utilizamos a análise de conteúdo para avaliar as questões. Foram analisadas as 45 (quarenta e cinco) questões pertinentes à área de ciências humanas e suas tecnologias na prova de 2016. Identificamos 04 (quatro) questões relacionadas a prova do novo ENEM. Diante da pesquisa empreendida, podemos concluir que, ao debater a História africana, seguimos na direção de superar discursos e práticas sociais racistas presentes no cotidiano escolar, bem como de ampliar conquistas de direitos contra os preconceitos raciais praticados há décadas na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Ensino de História Africana. ENEM. Lei 10.639/03

INTRODUÇÃO

O panorama da educação brasileira nas últimas décadas do século XX foi muito efervescente, com várias propostas para o ensino de História, surgidas através de pesquisas, congressos, seminários e debates sobre os conteúdos, história temática, e outros tipos, a integrada (Brasil, Geral e Américas), a das minorias, a das mulheres, ambiental e a africana. Quanto aos métodos a serem utilizados nas aulas: debates, seminários, tecnologias, revistas e jornais para o ensino de História.

Paralelamente, o governo brasileiro adota medidas em níveis educacionais, propondo mudanças significativas no contexto escolar, começando pela publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e, posteriormente, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM). Com o objetivo de estabelecer os conteúdos a serem estudados, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, serviu para regular toda a educação brasileira do ensino básico até o superior.

¹ Aluno do Programa de Pós graduação em Ensino – POSENSINO (UERN/UFERSA/IFRN).

² Docente do Programa de Pós graduação em Ensino – POSENSINO (UERN/UFERSA/IFRN).

Na implementação de medidas na educação, o Governo Federal do Brasil, em 1998, estabelecia a criação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), servindo como um instrumento de avaliação do desempenho dos alunos concluintes do Ensino Médio. Posteriormente, em 2009, tal mecanismo avaliativo passou por alterações e começou a ser chamado de novo ENEM, constituindo-se como avaliação nacional para ingresso no ensino superior.

Nesse cenário da educação, através de muitas lutas, ocorre a publicação da lei 10.639\2003, que determina o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na inclusão do currículo oficial da Rede de Ensino público e privado, com o objetivo de valorizar e ressaltar a presença da cultura africana no ensino de História. Propunha, com isso, ampliar um espaço para entender sua formação socioeconômica, as relações sociais, as características da diversidade religiosa e a cultura, com a intenção de desconstruir discursos preconceituosos emitidos há décadas.

Diante de tantas propostas para o ensino de História africana, realizamos algumas interrogações: Como as questões do novo ENEM problematizam a História africana? As questões do novo ENEM podem servir de estratégia para diminuir o preconceito racial? A lei 10.639\2003 está sendo aplicada nas questões do ENEM? As questões do ENEM repetem um discurso da historiografia positivista sobre a África? Assim, diante de vários questionamentos e debates, é pertinente analisar a aplicação da História africana no novo ENEM.

O presente trabalho objetiva contribuir para a ampliação do debate crítico em torno da historiografia africana publicada no Brasil, através de reflexões que valorizem os diversos aspectos da História africana e do negro. A pesquisa ora apresentada, de caráter descritivo-exploratório, utilizou a revisão bibliográfica e a pesquisa documental junto à prova do ENEM 2016 como estratégias metodológicas.

A HISTÓRIA AFRICANA E O NOVO ENEM

No início do século XX, ocorre, no Brasil, uma produção historiográfica³ construindo uma História africana que ressalta a escravidão dos negros, com autores que, através do eurocentrismo e do positivismo⁴, determinavam um povo com uma cultura primitiva e estática, sem possuir

³ ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **Culturas africanas, culturas diaspóricas**: Uma reflexão. Revista História & Perspectivas 2010. v. 23, n. 43.

⁴ SCHWARCZ, Lilian K. Moritz. **Usos e abusos da mestiçagem no Brasil**: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. Afro-Ásia, nº 18, 1996, p. 77-101; Idem. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

nenhuma perspectiva de contribuir com sua cultura aos outros povos. Os autores positivistas Oliveira Vianna, Nina Rodrigues e Sílvio Romero utilizaram o conceito do etnocentrismo para classificar a cultura europeia como superior e a africana como inferior. Gomes (2007, p. 75) ressalta essa condição: “A África e os negros brasileiros vistos de forma cristalizada, estereotipada e, muitas vezes, animalizada”.

No decorrer do século XX, em meados dos anos de 1930, emerge uma história africana, atrelada a uma história nacional, cumprindo um dos objetivos de vários intelectuais da época em escrever ou reescrever a participação dos negros e a contribuição dos costumes africanos na cultura brasileira. Como afirma Almeida (2010, p. 20), “embasadas no culturalismo e nos estudos antropológicos, leituras como as de Fernando Ortiz, Tannembaun, Mellville e Gilberto Freire buscavam as permanências, na soma no câmbio de práticas e princípios entre a cultura branca e as culturas negras”.

A história africana e a dos negros no Brasil, segundo Maximiano (2012), são vistas sob outra perspectiva. Autores como Florestan Fernandes,⁵ Otávio Lanni, Emília Viotti, Fernando Henrique relatam o tratamento violento e brutal no cotidiano e nas formas de trabalho, denunciando os horrores da escravidão em nosso país. Eles também contestam a ideia de Freire a respeito do mito da democracia racial e o tratamento cordial e aceitável entre os senhores e escravos.

Nesse contexto, a história africana vai ganhando mais espaço na década de 1980 (oitenta) com a publicação da edição da História Geral da África, em 1982, retratando os aspectos da economia, sociedade, etnia, cultura, etc. Para Ki-zerbo (2010), é necessário reformular as pesquisas em torno da História africana e considerar o povo africano como criador de culturas originais que nascem e se espalham pelo mundo através dos tempos.

Dessa forma, os manuais didáticos sobre a temática africana, disponibilizados para o ensino de História no ensino médio até a última década do século XX, seguiam em certa medida a produção historiográfica do seu contexto da época. Como nos mostra Oliva:

África aparece em óbvias passagens da História do Brasil ou Geral, ligada à escravidão, ao domínio colonial no século XIX, ao processo de independência e às graves crises sociais, étnicas, econômicas e políticas em que mergulhou grande parte dos países africanos formados no século XX. A África torna-se um apêndice ou um complemento. São poucos os livros que dão destaque à História da África (OLIVA, 2003, p. 442).

⁵ Florestan Fernandes, sendo que podemos destacar as obras *A integração do Negro na Sociedade de Classes – O Legado da Raça Branca e Circuito Fechado*; b) Emília Viotti da Costa, com as análises contidas nos livros *Da Senzala a Colônia e Da Monarquia a República*; c) Fernando Henrique Cardoso, e sua obra intitulada *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*; d) Octávio Ianni, com as análises contidas em *As metamorfoses do escravo – Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*.

No decorrer dos anos de 1990, no Brasil, ocorreu uma produção expressiva e diversificada de pesquisas sobre o ensino de História, destacando os conteúdos ensinados, os tipos de métodos utilizados, os objetivos da disciplina e os formatos de avaliação. Siman (2001, p. 149-150) afirma que “a reescrita da História escolar se faz em função de mudanças de finalidades, atribuídas ao seu ensino, sob pressão dos próprios processos históricos, de outras memórias, de inovações historiográficas e pedagógicas”.

Para ampliar essa discussão, ocorre a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996, propondo uma orientação, sem um caráter obrigatório, para as disciplinas escolares da educação básica, com a orientação dos eixos temáticos: cidadania, ética e pluralidade cultural, que passaram a permear o ensino de História. Nesse contexto, o ensino de História, como disciplina escolar, passa por transformações, afastando-se da tarefa de contar os fatos do passado, procedimento próprio da história factual. As preocupações nessa esfera centram-se em, portanto,

Ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas em problemáticas (SCHMIDT, 2004, p.54).

Neste sentido, a LDB ainda em atenção ao art. 242, § 1º, da constituição, especifica as principais matrizes étnicas que formaram o povo brasileiro no seu artigo 26, parágrafo § 4º. O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Em consonância com os PCNs, enfatizarão a valorização dos grupos étnicos que compõem o Brasil, considerando a diversidade cultural.

É nesse cenário de modificação de propostas na educação brasileira que ocorre a implantação do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), por meio da Portaria nº 438, (29/05/1998), como um instrumento para avaliar o desempenho dos estudantes no término da educação básica. No período de mais dez anos, sua utilização avaliava as habilidades e competências, como forma de obter indicadores que apontassem o nível da educação nacional e as necessidades de melhoria nos sistemas de ensino (BRASIL, 1998).

Segundo o INEP (2009), os objetivos do ENEM visam à melhoria do ensino, apresentando orientações para a incorporação de novos temas nas aulas e livros de História do ensino médio.

O ENEM foi instituído como forma de avaliação com o objetivo de aferir se o participante, ao final do Ensino Médio, demonstra domínio dos princípios científicos e tecnológicos que embasam a produção moderna, conhecimento das formas contemporâneas de linguagem, bem como conhecimentos de ciências humanas necessários ao exercício da cidadania (INEP, 2015, p. 63).

No processo de regulamentação e orientação para o ensino médio também foram publicados, pelo Governo Federal, os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM, 1999). Para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, o ensino de história é proposto de modo interligado a outras ciências, conforme destaca o trecho abaixo:

A História como resultado da ação de sujeitos históricos significa não atribuir o desenrolar do processo como vontade de instituições, tais como o estado, os países, a escola etc, ou como resultante do jogo de categorias de análise (ou conceitos): sistemas, capitalismo, socialismo etc. É perceber também que a trama histórica não se localiza nas ações individuais, mas no embate das relações sociais no tempo (PCNEM, 1999, p. 297).

Nesse mesmo período, com muitas lutas e conflitos, os movimentos sociais negros realizavam várias reivindicações, exigindo a incorporação da história africana no ensino escolar e propondo vários debates sobre as relações étnico-raciais no Brasil e o combate ao racismo. Como afirma Abreu e Mattos (2008, p. 9), “Na área da educação, a demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ação afirmativa, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade”.

Em 2009, através de medidas governamentais, ocorreu investimentos no novo ENEM, com o objetivo de realizar uma avaliação anual de desempenho, padronizada por áreas de conhecimento. Diante dessa proposta, o ENEM foi reformulado, passando a ser chamado de novo ENEM. Algumas alterações foram realizadas na matriz de referência do exame, as competências passaram a ter eixos cognitivos comuns a todas as áreas e cada uma das áreas passou a ter suas respectivas competências e habilidades.

É importante ressaltar que os objetos de conhecimento, associados às matrizes de referência do novo ENEM (2009), possuem um item de orientação para a História africana e dos negros, que estabelecia o ensino da “História cultural dos povos africanos. A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira” (INEP, 2009, p.24). Ao relacionar a história africana, como conteúdo de estudo para o novo ENEM, a sua aplicabilidade no projeto curricular da escola poderá contribuir para se desfazer os preconceitos e estereótipos ligados ao segmento afro-brasileiro, além de contribuir para o resgate da autoestima de milhares de crianças e jovens que se veem

marginalizados por uma escola de padrões eurocêntricos, em que nega-se a pluralidade étnico-cultural de nossa formação.

Nesse contexto, através da luta incessante, os movimentos negros do Brasil conseguiram mais conquistas em relação aos direitos de igualdade, objetivando ampliar mecanismos para, por intermédio da educação, construir uma consciência de cidadania e respeito a todas as etnias. Assim, foi promulgada a Lei Federal nº 10.639/03⁶, a qual alterou a Lei 9.394/96, reforçando a luta em favor dos afro-brasileiros e sua importância para o estudo da África. Procurava, com isso, desconstruir mitos raciais e geográficos sobre a África. Dessa forma, abriram espaço para o entendimento de que a história da África e a História do Brasil estão interconectadas, permitindo maior compreensão dos alunos acerca desse tema e sua relação com o nosso cotidiano cultural, da seguinte forma:

Na educação brasileira, a ausência de reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais, nas diversas instituições educacionais, contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais o (MEC, 2005, p.11).

Diante da pré-leitura de nossa pesquisa, observamos que o novo ENEM contém questões abordando temas relacionados à cultura, economia, democracia racial e até mesmo sobre a importância da lei 10.639/03 para o ensino de História africana no currículo escolar do Brasil. A presença da História africana no novo ENEM consiste em uma medida de interferência nos modos como os conteúdos das disciplinas de História devem ser trabalhados em sala de aula. Então almeja, por essa via, diminuir preconceitos raciais.

⁶ LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e propõe outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26 -A, 79-A e 79-B: "Art. 26 - A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

METODOLOGIA

Adotamos a abordagem qualitativa para a presente pesquisa. Para o exame dos dados, utilizamos a perspectiva da análise de conteúdo proposta por Bardin (2007), para examinar as questões do novo ENEM (2016). Foram realizadas, portanto, as etapas de selecionar, categorizar, descrever e interpretar os dados colhidos.

Assim, realizamos o levantamento a partir do objeto de conhecimento associado⁷ (diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade) a uma matriz de referência⁸ (competência de área 1 – Compreender os elementos culturais que constituem as identidades) na prova das ciências humanas e suas tecnologias nas questões do ENEM (2016) referente à temática da História africana.

Para obter um melhor resultado desta pesquisa, optamos por realizar uma investigação nas 45 (quarenta e cinco) questões do novo ENEM (2016 – prova da área de ciências humanas e suas tecnologias). Nesse universo, foram identificadas 04 (quatro) questões relacionadas ao objeto associado Cultura Material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil. Composto pelos seguintes itens: História cultural dos povos africanos, a luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira à matriz de referência em análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar um fato histórico, segundo o INEP (2009), o estudante precisa desenvolver habilidades para resolver as questões da disciplina de História, pois estas envolvem operações mentais, como interpretação de texto e imagens, além da capacidade de relacionar o conhecimento científico com outros saberes, articulando informações de diferentes linguagens e refletindo e propondo soluções para determinados problemas.

⁷ Cultura Material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil. A Conquista da América. Conflitos entre europeus e indígenas na América colonial. A escravidão e formas de resistência indígena e africana na América. História cultural dos povos africanos. A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira. História dos povos indígenas e a formação sócio-cultural brasileira. Movimentos culturais no mundo ocidental e seus impactos na vida política e social (INEP, 2009, p.22).

⁸ H1- Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
H2 - Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
H3 - Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.
H4 - Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
H5 - Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades (INEP, 2009, p.11).

Na questão 08 da prova de 2016, a História africana foge totalmente da temática da escravidão e possibilita construir uma História africana com elementos de sua diversidade política, econômica e cultural, mostrando a importância da mulher africana na história:

A África Ocidental é conhecida pela dinâmica das suas mulheres comerciantes, caracterizadas pela perícia, autonomia e mobilidade. A sua presença, que fora atestada por viajantes e por missionários portugueses que visitaram a costa a partir do século XV, consta também na ampla documentação sobre a região. A literatura é rica em referências às grandes mulheres como as vendedoras ambulantes, cujo jeito para o negócio, bem como a autonomia e mobilidade, é tão típico da região. HAVIK, P. Dinâmicas e assimetrias afro-atlânticas: a agência feminina e representações em mudança na Guiné (séculos XIX e XX). In: PANTOJA, S. (Org.). Identidades, memórias e histórias em terras africanas, Brasília: LGE; Luanda: Nzila, 2006. A abordagem realizada pelo autor sobre a vida social da África Ocidental pode ser relacionada a uma característica marcante das cidades no Brasil escravista nos séculos XVIII e XIX, que se observa pela

- restrição à realização do comércio ambulante por africanos escravizados e seus descendentes.
- convivência entre homens e mulheres livres, de diversas origens, no pequeno comércio.
- presença de mulheres negras no comércio de rua de diversos produtos e alimentos.
- dissolução dos hábitos culturais trazidos do continente de origem dos escravizados.
- entrada de imigrantes portugueses nas atividades ligadas ao pequeno comércio urbano (INEP, 2016, p.04).

Ao ressaltar a presença da mulher africana no contexto da História ocidental, observamos uma forma de reforçar a participação feminina, como agentes sociais construtores e participantes ativos em processos socioeconômicos muitas vezes esquecidos pela História tradicional. Como Ki-Zerbo (2010) afirma, é um dever reescrever essa história, pois, por muito tempo, ela foi maltratada, aleijada, inventada e construída nos moldes da historiografia positivista. Assim, é importante discutir essa questão para desfazer mitos e preconceitos destilados ao longo de anos no ensino de História.

Na questão 10 da prova de 2016, temos uma comparação entre dois movimentos sociais e políticos ocorridos na Bahia e Minas Gerais, no ano de 1789, que enfatiza os objetivos do movimento:

O que ocorreu na Bahia de 1798, ao contrário das outras situações de contestação política na América portuguesa, é que o projeto que lhe era subjacente não tocou somente na condição, ou no instrumento, da integração subordinada das colônias no império luso. Dessa feita, ao contrário do que se deu nas Minas Gerais (1789), a sedição avançou sobre a sua decorrência. JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico. In: MOTA, C. G. (Org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Senac, 2000. A diferença entre as sedições abordadas no texto encontrava-se na pretensão de

- eliminar a hierarquia militar.
- abolir a escravidão africana.
- anular o domínio metropolitano.
- suprimir a propriedade fundiária.
- extinguir o absolutismo monárquico (INEP, 2016, p.04).

A questão poderia problematizar mais a respeito da Conjuração Baiana, abordando as reivindicações do movimento, como a Reforma agrária, a República e a igualdade civil e racial. Mas percebemos a mesma temática, a abolição da escravidão, uma história repetitiva e cristalizada na mentalidade das pessoas e na historiografia sobre a África. Assim, a questão foge da orientação dada pelas matrizes do novo Enem.

A questão 26 da prova de 2016 apresenta a imagem de São Benedito e um texto sobre a igreja católica e seu empenho em cristianizar os escravos africanos, para adaptá-los à realidade brasileira para que fossem "bons" e evitassem comportamentos não desejados na época. Ela também pretendia acabar com a religiosidade dos negros, então adoradores de orixás ou deuses africanos. Vemos a questão na seguinte forma:

TEXTO I



Imagem do São Benedito. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br>. Acesso em: 6 jan. 2016 (adaptado).

TEXTO II

Os santos tornaram-se grandes aliados da Igreja para atrair novos devotos, pois eram obedientes a Deus e ao poder clerical. Contando e estimulando o conhecimento sobre a vida dos santos, a Igreja transmitia aos fiéis os ensinamentos que julgava corretos e que deviam ser imitados por escravos que, em geral, traziam outras crenças de suas terras de origem, muito diferentes das que preconizava a fé católica. OLIVEIRA; A. J. Negra devoção. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 20, maio 2007 (adaptado). Posteriormente ressignificados no interior de certas irmandades e no contato com outra matriz religiosa, o ícone e a prática mencionada no texto estiveram desde o século XVII relacionados a um esforço da Igreja Católica para

- reduzir o poder das confrarias.
- cristianizar a população afro-brasileira.
- espoliar recursos materiais dos cativos.
- recrutar libertos para seu corpo eclesiástico.
- atender a demanda popular por padroeiros locais (INEP, 2016, p.09).

Para Mattos (2003), os temas históricos sobre a civilização africana podem ser utilizados no ensino de História africana, com o intuito de despertar nos alunos reflexões sobre as imposições cultural e religiosa, estabelecidas pela coroa portuguesa e também pela igreja católica quanto aos negros, no período colonial. Utilizando da estratégia do Santo negro para catequizar e incorporar os negros africanos ao ato de professar a fé católica, essas imposições confirmam a dominação cultural do Estado português aliado a Igreja Católica.

A questão 33 da prova de 2016 exhibe o uso de imagem histórica, que pode ser utilizada como estratégia investigativa no processo de ensino-aprendizagem. A questão é apresentada de

modo contextualizado por áreas, abordando temas amplos como direitos humanos, autoritarismo, ausência de democracia, questões raciais, todas relacionadas a uma situação-problema da seguinte forma:



Disponível em: www.imageforum-diffusion.afp.com. Acesso em: 6 jan. 2016. O regime do Apartheid adotado de 1948 a 1994 na África do Sul fundamentava-se em ações estatais de segregacionismo racial. Na imagem, fuzileiros navais fazem valer a “lei do passe” que regulamentava o(a)

- a) concentração fundiária, impedindo os negros de tomar posse legítima do uso da terra.
- b) boicote econômico, proibindo os negros de consumir produtos ingleses sem resistência armada.
- c) sincretismo religioso, vetando os ritos sagrados dos negros nas cerimônias oficiais do Estado.
- d) controle sobre a movimentação, desautorizando os negros a transitar em determinadas áreas das cidades.
- e) exclusão do mercado de trabalho, negando a população negra o acesso aos bens de consumo (INEP, 2016, p.09).

Ao abordar o tema do *Apartheid*, estabelecido na África do Sul desde 1948, determinando que a minoria branca teria mais direitos políticos e sociais do que os negros e construindo uma segregação racial no país, a questão abre margem à reflexão a respeito da igualdade. Assim, provoca por consequência “[...] saberes que levam os alunos a tomarem conhecimento da sua condição na sociedade e a perceberem a possibilidade de desconstruir as desigualdades raciais historicamente construídas” (OLIVEIRA, 2003, p. 113). Essa questão possibilita discutir o racismo e a forma como os negros eram tratados nesse regime, bem como alavancar o desenvolvimento de um cidadão mais crítico e detentor de uma visão de mundo que lhe permita participar ativamente da sociedade em que vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as provas do novo ENEM, de acordo com o referencial teórico utilizado, verificamos que a história africana foi trabalhada na prova 2016. Consideramos reduzida a quantidade de questões a respeito da África e seu povo, já que do total de 45 (quarenta e cinco) questões, temos 04 na prova de 2016, o que indica a necessidade de maior valorização dessa temática.

No tocante aos conteúdos, algumas questões possuem enunciados sobre a História africana, incorporando saberes históricos relativos à memória e identidade. Nessa direção, identificamos a perspectiva de integrar a história, a sociologia, a geografia e a filosofia e outras áreas do conhecimento, realizando uma conexão de informações para construir o conhecimento histórico africano.

Destacamos que as questões são construídas, a partir de fontes históricas, de forma multifacetada, considerando não somente documentos oficiais, mas também a iconografia, a literatura, o fragmento textual e o poema. Entendemos ainda que o novo ENEM deve apresentar um maior espaço para a História africana, de acordo com a Lei 10.639/2003, com o objetivo de fomentar e contribuir para problematizar a temática africana proposta nos objetos associados do conhecimento à matriz de referência do novo ENEM.

Por fim, destacamos que a amostra pesquisada indica uma ocorrência de correlação entre as temáticas trabalhadas nas provas, tais como memória, patrimônio, movimentos sociais e relações de poder, dentre outros. Isso aponta para a necessidade de pensar um ensino de História no qual destaque-se a análise dos fatos históricos, com a necessária problematização e o debate em torno de conceitos históricos, saindo gradativamente de um discurso taxativo positivista e possibilitando a compreensão de uma África em suas múltiplas histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.; MATTOS, H. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, janeiro a junho de 2008, vol. 21, n. 41, p.5-20.

ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **Culturas africanas, culturas diaspóricas**: Uma reflexão. *Revista História & Perspectivas*. 2010. v. 23, n. 43.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 11. (Coleção Educação para Todos)

_____. **INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/>>. Acesso em: 08 out. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Relatório Pedagógico 2009**. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio 2016**. Brasília, DF: INEP, 2016.

_____. Ministério da Educação do (1998). **Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio**, resolução CEB nº. 3 de 26 de junho.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de; TIEZZI, Sergio. A reforma do ensino médio e a implantação do ENEM no Brasil. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **A Questão Racial na Escola: Desafios Colocados Pela Implementação da Lei 10.639/03**. Minas Gerais, MG. Petrópolis: Vozes, 2008

GUIMARÃES; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). **Perspectivas do ensino de História: ensino, cidadania e consciência histórica**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África**, I Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

MATTOS, Hebe Maria – Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: **Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia / Martha Abreu e Rachel Soihet (orgs.)** – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, pg.131

SOUZA, Jessé (org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos**. Brasília: Ed. Paralelo 15, pp.157 - 167, 1997

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, nº 3, 2003, pp. 421-461

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, M.; FONSECA, S. G. **Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido**. Campinas: Papirus, 2007.

SIMAN, L. M. de C. Pintando o descobrimento: o ensino de História e o imaginário de adolescentes. In: SIMAN, L. M. de C.; FONSECA, T. N. de L. e. (Orgs.). **Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 149-170.

SCHMIDT, M. A. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2004

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

TORRES, Márcia Zampieri. Situações-problema como recurso de avaliação de competências do Enem. In: Brasil. Ministério da Educação; **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Eixos cognitivos do Enem. Brasília: INEP, 2007.